

A faculdade de medicina: oportunidades oferecidas e as ações afirmativas

The medical school: opportunities offered and the affirmative action

José Antonio Chehuen Neto¹, Ícaro Augusto Godinho², Raquelli Marçal Barbosa³, Gustavo Carraro Barbosa³, Renato Erothildes Ferreira⁴

DOI: 10.5935/2238-3182.20140052

RESUMO

Introdução: a educação produz efeitos positivos para todos, embora possa elevar ou suavizar as estruturas de desigualdades existentes, pela força das habilidades individuais que origina. **Objetivos:** avaliar se o ingresso na Faculdade traz melhoras nas condições socioeconômicas, evidenciar quais oportunidades criadas pela Universidade, traçar o perfil socioeconômico dos ingressos em Medicina após a introdução das cotas e elucidar se os objetivos desse programa são alcançados. **Métodos:** coorte retrospectiva original. Amostra composta de acadêmicos da Medicina da UFJF abordados durante as realizações dos vestibulares dos anos 2006 a 2010 e na graduação, contemplando alunos do 1º ao 9º períodos. EPI INFO 3.5.1 nas estatísticas dos dados. **Resultados:** o fato de o vestibulando ter se tornado acadêmico associou-se a significativo aumento no conhecimento de línguas estrangeiras, na realização de intercâmbios, no uso de PC para trabalhos e no acesso à internet, além de ascensão da renda familiar, aquisição da casa própria e educação materna. Partes desses avanços se devem diretamente à Universidade. Proporcionalmente ao aumento das vagas destinadas às cotas, evidenciou-se elevação dos ingressos da rede pública, que não utilizavam computador/internet, que possuíam baixas renda e escolaridade paternas. **Conclusão:** o ingresso no curso de Medicina desencadeia melhorias reais na condição de vida e os altos índices de utilização das oportunidades originam progressos, não somente nas competências individuais dos alunos, como também de suas famílias. O sistema de cotas, por sua vez, atende à sua função precípua de inclusão dos alunos hipossuficientes, egressos de escolas públicas, com menos acessibilidade, renda familiar e escolaridade dos pais.

Palavras-chave: Análise Socioeconômica; Educação; Iniquidade Social; Educação Superior; Política de Educação Superior.

ABSTRACT

Introduction: education produces positive effects for everyone, although it may raise or soften the structures of existing inequalities through the power of individual skills that it originates. **Objectives:** to assess whether college attendance brings improvements in socioeconomic conditions, highlights which opportunities are created by the University, traces the socioeconomic profile of Medical school students after the introduction of quotas, and elucidates if the program's objectives are achieved. **Methods:** original retrospective cohort. The sample was composed of UFJF medical school students approached during the entrance board exams between 2006 and 2010 and during graduation, contemplating students from the 1st to 9th semesters. EPI INFO 3.5.1 was used in the statistical analyses. **Results:** entrance into the academic life was associated with significant increase in the knowledge of foreign languages, participation in student exchange programs, use of PCs for homework and internet access, high family incomes, homeownership, and maternal education. Parts of these advances are

¹ Médico-Cirurgião. Doutor em Técnica Operatória e Cirurgia Experimental. Professor Associado IV da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora, MG – Brasil.

² Médico. Juiz de Fora, MG – Brasil.

³ Acadêmico(a) do curso de Medicina. Disciplina de Metodologia Científica na Saúde da Faculdade de Medicina da UFJF. Juiz de Fora, MG – Brasil.

⁴ Educador Físico. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE da UFJF. Juiz de Fora, MG – Brasil.

Recebido em: 28/06/2013

Aprovado em: 21/01/2014

Instituição:

Universidade Federal de Juiz de Fora
Juiz de Fora, MG – Brasil

Autor correspondente:

José Antonio Chehuen Neto.

E-mail: chehuen.neto@yahoo.com.br

directly due to the University. The increase in available slots for minorities (affirmative action) was proportionally related to increased entrance of public schools students, who did not use computer/internet, and came from low income families and low parental education. Conclusion: the entrance into Medical school triggers real improvements in living conditions and the high rates of opportunities usage originates progress not only in the student's individual skills but also for their families. The quota system, in turn, caters to its primary function of inclusion of under-prepared students, graduates of public schools, with less accessibility, family income, and parents' education.

Key words: Socioeconomic Analysis; Education; Social Inequity; Education, Higher; Higher Education Policy.

INTRODUÇÃO

A educação superior como instrumento de promoção social proporciona àqueles que a alcançam melhor rendimento e reconhecimento profissional. As pessoas mais bem qualificadas quase invariavelmente irão ocupar os melhores postos de trabalho. Numa análise mais ampla, o crescimento e desenvolvimento de um país estão ligados à educação. Avanços nas áreas da tecnologia e da saúde são frutos de pesquisas em universidades, o que gera retorno à mobilização da economia e o aumento dos investimentos.¹

A educação produz efeitos positivos para todos, embora possa elevar ou suavizar as estruturas de desigualdades existentes, pela força das habilidades individuais que origina. Nesse sentido, o acesso à Universidade tende a ser mais facilitado entre aqueles que já ocupam as mais altas posições econômicas, uma vez que, em geral, estes terão uma formação de ensino fundamental e médio de melhor qualidade. Para os menos favorecidos, ao contrário, surge um ciclo vicioso de desvantagens cumulativas, estigmatizando, assim, sua baixa condição socioeconômica.²

Mesmo diante de todas essas características e mesmo sendo um direito constitucional, a graduação no Brasil ainda é um benefício restrito a poucos e, segundo alguns autores, está fortemente relacionada à manutenção de privilégios, apresentando forte caráter elitista.³

Na tentativa de alterar essa realidade, o ensino superior vem sofrendo grandes modificações e o governo, por meio de políticas de inclusão social, busca elevar grupos sociais historicamente considerados em desvantagem.⁴ Neste sentido, já em 1968 o Ministério do Trabalho manifestou-se a favor da obrigatoriedade da contratação de negros pelas empresas privadas. Mas somente em 1980, em tempos de redemocratização, foi formulado pelo Deputado Ab-

dias Nascimento o projeto de lei referente às “ações compensatórias” aos séculos de discriminação sofridos pelos afro-brasileiros.⁵

Articulados a esses projetos, os programas de ações afirmativas começaram a vigorar em algumas universidades, sendo o sistema de cotas o principal deles. Em consonância com o mérito pessoal e com a equidade de chances, essas ações propõem uma desigualdade de tratamento entre as classes, de modo restaurar a igualdade que nunca existiu ou que foi rompida ao longo do tempo.⁶ Assim, as ações afirmativas podem ser entendidas como medidas que visam à democratização do acesso a meios fundamentais, como a educação e o emprego.⁷ A inclusão social, por meio do ensino superior, passa, assim, a ser abordada de forma mais realista.⁸

A respeito do sistema de cotas, medida que prioriza a inclusão por meio da reserva de vagas,⁷ a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade do Norte Fluminense (UNF) foram as primeiras a adotá-lo, seguidas em 2002 pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). A primeira instituição federal a adotar o sistema foi a Universidade de Brasília (UnB), em 2003, seguida da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade de Alagoas (UFAL) e Universidade Federal do Paraná.⁹

De forma a regulamentar essa situação, o Projeto de Lei 3.627/2004 instituiu o Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de ensino superior. Ele estabelece que todas as instituições públicas federais de educação superior devam reservar nos seus processos de seleção, no mínimo, 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Além disso, 50% dessas vagas devem ser preenchidos por negros, pardos e indígenas na proporção em que os mesmos se encontram na população relativa à unidade da federação onde está instalada a instituição.¹⁰

Além das cotas, o atual governo federal vem instituindo diferentes medidas para aprimorar a democracia social nas universidades, como, por exemplo: Programa Universidade para Todos (PROUNI) – desenvolve políticas afirmativas no ensino superior privado; Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES) – possibilita o financiamento de mensalidades não cobertas pela bolsa do PROUNI; expansão das universidades federais, com

a criação de novos *campi*; pré-vestibulares comunitários como exemplos, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) e Rede de Pré-vestibulares Comunitários e Educação para Afro-descendentes e Carentes (EDUCAFRO).⁴

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por sua vez, foi criado por meio do Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.⁴

Seguindo a tendência nacional e tendo a desigualdade da sociedade brasileira como justificativa e fundamento, o Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) aprovou, em 04 de novembro de 2004, o sistema de cotas para negros e egressos de escolas públicas. A Resolução nº 16/2004 entrou em vigor a partir do processo de seleção de 2006, com duração prevista para 10 anos e avaliação após três anos de sua implementação. E estabeleceu, para o concurso vestibular de 2006, reserva de 30% das vagas, de todos os cursos, para egressos de escolas públicas; para 2007, de 40%; e de 50%, para 2008, para os que seguirem até a últimação do prazo previsto Além disso, 25% das vagas destinadas à cota ficaram reservadas aos que se autodeclararem negros.¹¹

Apesar dessa implementação, não se evidenciaram estudos específicos a respeito dos estudantes de Medicina ingressos, ao longo dos anos pós-implementação, nem pesquisas que, de maneira mais geral, abordem qual o verdadeiro impacto que um curso superior pode gerar na vida de um sujeito.

Nesse contexto, objetivou-se avaliar se o ingresso na Faculdade de Medicina traz melhorias efetivas nas condições socioeconômicas dos estudantes ainda durante o período de graduação, bem como evidenciar quais oportunidades reais estão sendo criadas pela Universidade para a melhoria da qualidade de vida dos seus alunos e se essas são utilizadas pelos acadêmicos. Procurou-se, ainda, traçar o perfil socioeconômico dos estudantes de Medicina após a introdução do sistema de cotas, avaliando possíveis alterações no grupo amostral ao longo desse tempo. Dessa forma, buscou-se elucidar se os objetivos que motivaram a concepção desse programa de inclusão estão sendo atingidos, como: o ingresso de estudantes hipossuficientes e a diminuição das disparidades étnicas.

MÉTODOS

Trata-se de estudo aplicado, original, exploratório, quantitativo, do tipo coorte retrospectiva, desenvolvida no período compreendido entre maio de 2010 e julho de 2012.

Os dados foram coletados em uma amostra de acadêmicos de Medicina da UFJF, em dois distintos momentos:

- durante as realizações das provas do vestibular relativas aos anos de 2006 a 2010, período em que houve a adoção do sistema de cotas: por meio de um questionário com 41 perguntas fechadas aplicado pela Comissão Permanente de Seleção da UFJF (COPESE) a 400 alunos recém-aprovados para o 1º semestre;
- durante a graduação, contemplando 244 acadêmicos que cursavam o 1º, 3º, 5º, 7º ou 9º períodos, alunos aprovados nos processos seletivos citados: por meio de um questionário adaptado do original fornecido pela COPESE com 33 perguntas de múltipla escolha.

Esse espectro amostral atende rigorosamente aos critérios e às necessidades estatísticas, sendo considerado erro de 4,5% (para mais ou para menos).

Antes da entrevista, os participantes foram informados sobre a garantia de anonimato, os dados foram compilados individualmente e não identificados.

Os critérios de inclusão na pesquisa foram: ser estudante de Medicina da UFJF e estar matriculado no 1º, 3º, 5º, 7º ou 9º períodos. Como perda amostral: entrevista interrompida por qualquer motivo, dados incompletos e a não devolução do TCLE assinado.

Utilizou-se o programa EPI INFO 3.5.1® para a montagem do banco de dados e para a análise estatística, levantando-se possíveis justificativas para os dados colhidos. A análise dos resultados obtidos respeitou as seguintes normas: intervalo de confiança de 95% e p-valor < 0,05.

Tratando-se de um estudo longitudinal, a medida de ocorrência obtida foi a incidência. Empregou-se, portanto, como medida de associação entre as variáveis o teste estatístico do qui-quadrado sem correção (χ^2), além do Teste Exato de Fischer.

A participação na pesquisa implicou risco mínimo aos participantes, ou seja, não houve interferência do pesquisador em algum aspecto do bem-estar físico, psicológico e social bem como a intimidade do participante foi respeitada conforme os parâmetros

contidos na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, que dispõe sobre pesquisas envolvendo seres humanos. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Humana – UFJF – sob o parecer número: 121/2010, protocolo: 2050.109.2010, FR: 334338 e CAAE: 0078.0.180.000-10.

RESULTADOS

A pesquisa contou com a participação de 400 vestibulandos recém-aprovados nos processos seletivos entre os anos de 2006 e 2010 e 244 acadêmicos do 1º, 3º, 5º, 7º e 9º períodos da Faculdade de Medicina da UFJF, alunos aprovados nos anos anteriormente citados.

Constatou-se que dos 244 graduandos entrevistados, 51,2% eram do sexo masculino, 78% eram brancos e 50,4% apresentavam idade menor ou igual a 21 anos (Tabela 1).

Tabela 1 - Características socioeconômicas dos acadêmicos

Variáveis		n	%
Idade	≥ 21 anos	114	49,6
	≤ 21 anos	116	50,4
Cor da Pele	Branca	188	78,0
	Não branca	53	22,0
Sexo	Masculino	124	51,2
	Feminino	118	48,8
Ensino Fundamental	Integralmente na rede privada	102	41,8
	Integralmente na rede pública	72	29,5
	Parte em uma, parte em outra	70	28,7
Ensino Médio	Integralmente na rede privada	156	63,9
	Integralmente na rede pública	70	28,7
	Parte em uma, parte em outra	18	7,4

n: frequência absoluta; %: porcentagem.

Fonte: os autores (2010).

O fato de o vestibulando ter se tornado acadêmico de Medicina, independentemente do período cursado atualmente, associou-se a significativo avanço de 7,6% no número dos que liam uma ou mais língua estrangeira (p-valor de 0,021) e de 4,9% entre os que realizaram intercâmbio (p-valor de 0,0035), além de aumento de 39,8% entre os entrevistados no que se refere ao uso de computadores para a realização de trabalhos (p-valor <0,00000001) e de 11,2% no número dos que tinham acesso internet (p-valor de 0,0012) (Tabela 2).

Observou-se, ainda, que após o ingresso na Faculdade de Medicina houve ascensão significativa de 11,8% das famílias que recebiam mais de 2.000 reais por mês (p-valor de 0,0006); de 8,58% entre os que moravam em casa própria (p-valor de 0,0019); acréscimo de 10,09% das mães que possuíam ensino superior em andamento ou já concluído (p-valor = 0,0119); e avanço de 19,1% no número de alunos que exerciam atividades remuneradas (p-valor <0,00000) (Tabela 3).

Quando se analisaram os itens: plano de saúde, realização de atividade extraclasse (artística, cultural, esportiva, religiosa e político-partidária) e escolaridade do pai, não foram apuradas diferenças significativas entre os vestibulandos no momento da entrada no curso e os acadêmicos durante a graduação (Tabela 4).

Buscando-se evidenciar a participação efetiva da Universidade nas melhorias mencionadas, ao investigar a fração destas que se devem à instituição, evidenciou-se que dos 244 entrevistados 81,5% (198 pessoas) afirmaram ter acesso ao curso de língua estrangeira após o ingresso no curso médico. Desses, 114 (57,57%) tiveram acesso aos cursos de idioma oferecidos pela Universidade.

Tabela 2 - Atividades realizadas antes e depois do ingresso na Universidade

Variáveis	Grupos Analisados								p-valor	RR
	Vestibulando*				Acadêmicos**					
	Sim		Não		Sim		Não			
	n	%	n	%	n	%	n	%		
Leitura de uma ou mais línguas estrangeiras	304	76,9	91	23,1	207	84,5	38	15,5	0,0211	1,02-1,18
Realização de intercâmbio	11	2,9	384	97,1	19	7,8	224	92,2	0,0035	1,36-5,80
Uso de computadores para trabalhos	202	51,2	193	48,8	221	91	22	9	0,0000	1,6-1,97
Acesso a internet em casa	280	71,1	115	28,9	200	82,3	43	17,7	0,0011	1,07-1,27

n: frequência absoluta; %: porcentagem; RR: risco relativo.

Fonte: *COPESE/UFJF (2010); **os autores (2010).

Tabela 3 - Características socioeconômicas antes e após o ingresso na graduação

Variáveis	Grupos Analisados								p-valor	RR
	Vestibulando*				Acadêmicos**					
	Sim		Não		Sim		Não			
	n	%	n	%	n	%	n	%		
Renda familiar mensal maior do que 2000 reais	275	69,9	119	30,1	196	81,7	43	18,3	0,0006	1,08-1,28
Moradia própria	243	61,5	152	38,5	169	70,1	72	29,9	0,0019	1,07-1,32
Mãe com ensino superior em andamento ou concluído	217	54,9	178	45,1	158	65,1	85	34,9	0,0119	1,04-1,35
Realização de atividade remunerada pelo aluno	46	11,6	349	88,4	75	30,7	169	69,3	0,0000	1,90-3,67

n: frequência absoluta; %: porcentagem; RR: risco relativo.
 Fonte: *COPESE/UFJF (2010); **os autores (2010).

Tabela 4 - Características socioeconômicas antes e após o ingresso na graduação

Variáveis	Grupos Analisados								p-valor	RR
	Vestibulando*				Acadêmicos**					
	Sim		Não		Sim		Não			
	n	%	n	%	n	%	n	%		
Plano de saúde	290	73,4	105	26,6	169	68,9	76	31,1	0,5441	0,92-1,16
Realização de atividade extraclasse	314	79,4	81	20,6	179	73,7	63	26,3	0,1055	0,85-1,02
Pai com ensino superior em andamento ou concluído	200	50,6	195	49,4	134	55,8	106	44,2	0,2031	0,95-1,28

n: frequência absoluta; %: porcentagem; RR: risco relativo.
 Fonte: *COPESE/UFJF (2010); **os autores (2010).

Entre 7,8% dos alunos que realizaram intercâmbio posterior à entrada na Universidade, 10,5% (dois indivíduos) o fizeram por meio de programas acadêmicos.

No que se refere à inclusão digital proporcionada pela instituição, 11,6% (27) do total de acadêmicos entrevistados afirmaram ser essa sua fonte primária de acesso à rede.

A realização de atividade remunerada ligada à Universidade, por sua vez, foi ressaltada em 24,6% (60) do total dos participantes (244), o que corresponde a 80% das 75 pessoas que afirmaram desempenhar algum tipo de trabalho pago. Ao avaliar o tipo de tarefa realizado, registrou-se que 8,33% (cinco) desempenharam-na por meio de estágios, 15% (nove) por meio de atividades de extensão, 51,67% (31) por monitoria, 20% (12) por meio de iniciação científica e 1,2% (três) de outras maneiras.

Quanto aos aspectos subjetivos de realização pessoal e melhoria de vida, ao buscar quais as principais expectativas dos vestibulandos em relação à Universidade e a realização destas por parte dos acadêmicos, obteve-se que 69,1% desejavam encontrar na Faculdade formação profissional direcionada para o mercado de trabalho, o que foi alcançado por 72,8% dos acadêmicos. A respeito da aquisição de cultura ampla, esta era almejada por 13,3% dos alunos e foi atingida por 6,3% (Tabela 5).

Tabela 5 - Expectativas dos vestibulandos e realizações dos acadêmicos

Expectativas e Realizações	Vestibulandos*		Acadêmicos**	
	n	%	n	%
Formação profissional voltada para o trabalho	258	69,1	174	72,8
Aquisição de conhecimento para melhorar o nível de instrução	13	4,6	18	7,5
Aquisição de cultura geral e ampla	50	13,3	15	6,3
Formação teórica	26	6,8	13	5,4
Formação acadêmica para melhorar a atividade que já desempenhava	1	0,3	10	4,2
Aquisição de conhecimento que permita entender melhor o mundo	25	6,6	9	3,8

n: frequência absoluta; %: porcentagem.
 Fonte: *COPESE/UFJF (2010); **os autores (2010)

Com o intuito de traçar o perfil socioeconômico dos estudantes de Medicina após a introdução do sistema de cotas, elucidar possíveis mudanças nesse padrão e conhecer se os objetivos que motivaram a concepção desse programa de inclusão estariam sendo atingidos, foram realizadas análises aprofundadas dos ingressos do primeiro semestre do ano de 2006 em comparação com os do ano de 2010.

Proporcionalmente ao aumento do número de vagas destinadas aos cotistas entre 2006 e 2010, obteve-

-se que entre os aprovados houve aumento de 22,8% (p-valor de 0,001) dos que cursaram o ensino fundamental e de 44,30% (p-valor < 0,000001) dos que fizeram o ensino médio na rede pública. Verificou-se também elevação de 34,20% dos que estudaram pelo menos sete anos em escolas do governo (p-valor de 0,0000015); de 13,90% dos que não utilizavam computador ou internet (p-valor de 0,016); e de 26,60% dos que possuíam renda familiar abaixo de cinco salários mínimos (p-valor de 0,0005). Também houve crescimento de 27,80% e 16,47% entre os aprovados cujos pai ou mãe apresentavam no máximo o ensino fundamental completo (p-valor <0,000001 e p-valor de 0,0045), respectivamente (Tabela 6).

Por outro lado, não se encontrou elevação significativa entre os aprovados que se autodeclararam negros (p-valor de 0,088), que não apresentavam domínio sobre línguas estrangeiras (p-valor de 0,16) ou que exerciam atividade remunerada (p-valor = 0,065) (Tabela 6).

DISCUSSÃO

No livro “O que é a Educação”, o autor Carlos Rodrigues Brandão escreve:

A educação ajuda a pensar tipos de homens, mais do que isso, ela ajuda a criá-los, através de passar uns para os outros o saber que o constitui e legitima. Produz o conjunto de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto constroem tipos de sociedades.

Imagine-se, então, o impacto que um curso superior pode representar na vida de um sujeito, na edificação de uma comunidade e de um país.¹²

Pesquisas sugerem que cada ciclo de estudo finalizado é capaz de elevar a renda de uma pessoa de 30 a 100%, o que sugere que a educação de qualidade associada a uma política econômica geradora de empregos qualificados é o mais eficiente projeto social existente, superando indubitavelmente programas assistenciais que fomentam o ciclo vicioso da pobreza.¹³ Apesar disso, grande maioria da população, sobretudo a faixa mais carente, continua excluída do ensino superior no país, em que apenas 7,9% da população possuem diploma de graduação.^{14,15}

O problema ganha maior dimensão entre as classes econômicas mais baixas, já que as variáveis socioeconômicas e de origem familiar apresentam grande influência no sucesso acadêmico. Pesquisa realizada na Universidade Federal da Bahia indica que o número de candidatos por vaga em determinado curso é proporcional ao *status* dos aprovados.¹⁶ Se não bastasse, sob uma ótica mais global, alguns autores afirmam que o papel de reparação de injustiças que deveria ser exercido pelas faculdades atinge níveis irrisórios na sociedade de fato carente que, por apresentarem escolaridades mais baixas, não são afetados pelo aumento do acesso ao terceiro grau.³ Assim sendo, fica evidente a importância de se investir nos níveis básicos de educação, antes de uma política emergencial de acesso ao curso superior.

Tabela 6 - Características socioeconômicas dos ingressos em 2006 em relação aos de 2010

Variáveis	Processo seletivo				p-valor	Odds Ratio
	2006					
	n	%	n	%		
Ensino fundamental integralmente em escola pública	21	26,6	41	49,4	0,001	1,45-6,14
Ensino médio integralmente em escola pública	15	19,0	50	63,3	0,0000	3,37-16,28
Estudou 7 anos ou mais em escolas públicas	26	32,9	53	67,1	0,0000	2,03-8,55
Não utilizavam computador ou internet	7	8,9	18	22,8	0,016	1,10-8,64
Renda familiar < 5 salários	18	22,8	39	49,4	0,0005	1,58-6,97
Pai com escolaridade até ensino fundamental	7	8,9	29	36,7	0,0000	2,26-16,32
Mãe com escolaridade até ensino fundamental	12	15,2	25	31,6	0,0045	1,12-6,05
Autodeclararam-se negros*	1	2,5	8	11,8	0,088	0,62-115,1
Sem conhecimento de línguas estrangeiras	18	22,8	25	31,6	0,16	0,77-3,54
Realização de atividades remuneradas	3	3,8	9	11,4	0,065	0,76-15,88

n: frequência absoluta; %: porcentagem; RR: risco relativo.

Fonte: *COPESE/UFJF (2010); **os autores (2010).

Em nosso estudo, corroborando a ideia de que o acesso às universidades apresenta forte caráter elitista,¹⁷ destacou-se que apenas 28,7% do total de entrevistados cursaram integralmente o ensino médio na rede pública, apesar do crescimento de 44,30% nesse número, ao comparar-se o processo seletivo de 2006 em relação ao de 2010, ano em que já se reservavam 50% das vagas aos egressos da rede pública. Não se demonstrou, porém, o crescimento significativamente estatístico do número de negros aprovados, possivelmente explicado pelo fato de que a amostra desta pesquisa foi composta basicamente de aprovados para o primeiro semestre e o ponto de corte para o grupo A (negros) ter menos valor, se comparado aos demais.

Analisando de forma mais específica as melhorias que a faculdade promove na vida de seus estudantes, o fato de o vestibulando ter se tornado acadêmico associou-se a significativo avanço de 7,6% entre os que liam uma ou mais línguas estrangeiras. Destes, mais da metade teve acesso ao curso de idiomas oferecido pela Universidade. Constatou-se, ainda, que 84,5% dos graduandos dominavam uma ou mais línguas estrangeiras, número em consonância com 87% obtido em pesquisa realizada com os formandos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).¹⁸

No tocante à realização de atividades extraclasses (artística, cultural, esportiva, religiosa, política), não foi demonstrado aumento ao se confrontarem os grupos amostrais de candidatos e acadêmicos, embora ambos as realizassem com grande frequência. Essas características se opõem parcialmente às observadas em Belo Horizonte, em que 7 e 8% dos formandos admitiam ir mensalmente ao teatro ou concertos, respectivamente. A provável explicação para essa discrepância se deve a uma indagação mais abrangente neste trabalho.¹⁸ Nesse mesmo sentido, estudo realizado na Universidade Federal do Espírito Santo revela que 79% de seus alunos queixam-se de sobrecarga de atividades por carga curricular muito extensa, o que proporciona poucas horas livres dedicadas ao lazer.¹⁹ Semelhança foi salientada na Universidade de São Paulo, em que 62% tinham dificuldade em conciliar o lazer à Faculdade.²⁰

Por outro lado, a realização de atividade remunerada ligada à Universidade foi detectada em cerca de 25% dos participantes, metade dos quais por intermédio de monitoria e 20% a partir de iniciação científica. Ao comparar com a UFMG, encontrou-se valor superior no que se refere à iniciação à docência, porém inferior no que diz respeito ao contato com as

pesquisas.¹⁸ Esses quesitos sugerem a importância de se fortalecerem os programas de fomento à pesquisa na UFJF de modo a projetá-la em iguais condições entre os melhores cursos do país.

CONCLUSÕES

O ingresso no curso de Medicina desencadeia melhorias reais na condição de vida do estudante e os altos índices de utilização das oportunidades oferecidas durante os seis anos de graduação proporcionam progressos não somente nas competências individuais desses alunos, como também em relação à sua família. É capaz de elevar sua experiência pessoal nas atividades de intercâmbio escolar no Brasil e no exterior, sua fluência em idiomas estrangeiros, além de contribuir com inclusão digital, renda familiar, acesso à moradia própria e com o avanço na escolaridade materna.

O período de graduação em Medicina oferece, ainda, oportunidades de inserção e ascensão social, por meio de monitorias e projetos de pesquisa com bolsas específicas, como também ao ministrar aulas em instituições particulares de ensino, realizar serviços de acompanhamento em hospitais, a médicos, entre outros. Dessa forma, é também capaz de proporcionar aos alunos o que esperavam encontrar ao iniciar esse curso superior: formação profissional voltada para o trabalho, embora inicialmente carente de cultura geral e ampla.

O sistema de cotas, por sua vez, implantado em 2006 e em plena atividade em 2008 na Faculdade de Medicina da UFJF atende à sua função precípua que é a inclusão de alunos hipossuficientes, egressos de escolas públicas, com menos acessibilidade à internet e renda familiar e escolaridade dos pais mais baixa. Neste sentido, o governo deve não somente garantir o acesso, como também a permanência do acadêmico na Faculdade por meio de programas de auxílio e bolsas de manutenção e o uso de restaurantes universitários, apoio à moradia, a bibliotecas bem equipadas e acesso à internet.

REFERÊNCIAS

1. Marcovitch J.A revolução acadêmica. *Rev USP* 2008 ago; 78:6-13.
2. Reisberg L, Watson D. Access and equity. *In: Altbach PG, editor. Leadership for World-Class Universities: Challenges for Developing Countries*. New York: Routledge; 2011, p. 187-205.

3. Queiroz DM. Desigualdade no ensino superior: cor, *status* e desempenho. 27^a Reunião Anual da ANPED, 2003, Caxambu. Rio de Janeiro: Anped; 2003, p. 1-21.
4. De Paula M, Heringer R. Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll Action Aid; 2009.
5. Moehlecke S. Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. *Educ Soc.* 2004; 25(88):755-6.
6. Guimarães ASA. A Desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. *In:* Souza J. Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos. Brasília: Ministério da Justiça; 1996, p. 233-42.
7. Guarnieri FV, Melo-Silva LL. Ações afirmativas na educação superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos. *Psic Soc.* 2007 ago; 19(2):70-8.
8. Santos JT, Queiroz DM. Sistemas de cotas: um multiculturalismo brasileiro? *Ciênc Cult.* 2007 abr /jun; 59(2):41-5.
9. Mielki AC, Biondi A, Hammes D, Rossi A. Cotas avançam nas universidades públicas de norte a sul do país. *Rev Adusp.* 2008 jul; 45(1):6-15.
10. Brasil. Projeto de Lei n. 3.627, de 20 de maio de 2004. Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências. *Lex: Diário Oficial da União*; 2004 maio 20.
11. Soares ACC. Ações afirmativas e o acesso ao ensino superior: estudo de caso da UFJF [dissertação]. Juiz de Fora: Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora; 2007.
12. Brandão CR. O que é a educação? São Paulo: Brasiliense; 2007.
13. Oliveira JBA. O impacto da educação [internet]. São Paulo: Brasil Econômico; 2010 out 14. [Citado em 2011 jun 3]. Disponível em: http://www.brasileconomico.ig.com.br/noticias/o-impacto-da-educacao_92783.html.
14. Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: IBGE [homepage na internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2012 abr 27. Sala de Imprensa. Notícias Anteriores. Ano de 2012. Censo 2010: escolaridade e rendimento aumentam e cai mortalidade infantil. [Citado em 2012 ago 4]. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/-noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia= 2125&idpagina=1.
15. Zago N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Rev Bras Educ.* 2006 maio/ago; 11(32):226-37.
16. Brito LN, Carvalho IM. Condicionantes socioeconômico dos estudantes da Universidade Federal da Bahia. Salvador: CRH/UFBA; 1978.
17. Teixeira MDP. Identidade racial e universidade pública no Rio de Janeiro. *In:* Queiroz DM, coordenadora. Educação, racismo e antirracismo. Programa A Cor da Bahia/ Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador: Novos Toques; 2000, p. 45-68.
18. Lamounier JA, Torga ALGF, Leite GLF. Características e conceitos dos formandos do curso de Medicina da UFMG. *Pediatria (São Paulo)*. 2002; 24(3/4): 85-92. [Citado em 2012 ago 4]. Disponível em: <http://www.pediatriasaopaulo.usp.br/upload/pdf/559.pdf>.
19. Fiorotti KP, Rossoni RR, Miranda AE. Perfil do estudante de Medicina da Universidade Federal do Espírito Santo, 2007. *Rev Bras Educ Méd.* 2010 set; 34(3):355-62.
20. Gonçalves EL, Mascaretti LAS, Beloddi PL. Medicina USP/CEDEM. Núcleo de Pesquisas Educacionais. Perfil do Aluno da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em 2000. São Paulo: USP; 2000. [Citado em 2011 out 10]. Disponível em: <http://www.fm.usp.br/cedem/pegedu/- perfil2000.php>.